

IJSN admite estar elaborando projetos pouco aproveitados

O diretor superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves, Orlando Caliman, admitiu ontem que "nem todos os estudos, projetos, planos e propostas elaboradas pelo órgão são levados a efeito em sua totalidade". Orlando responsabilizou o processo de planejamento do sistema capitalista — "basicamente político" — pelo fato, e fez questão de argumentar que "não existem projetos engavetados no IJSN, já que cada trabalho realizado serve de subsídio para a elaboração e realização de outros".

O IJSN, que tem como objetivos principais dar apoio operacional e assessoria técnica ao governo estadual, possui uma equipe de 26 técnicos "para pensar os problemas do Espírito Santo". Orlando Caliman fez questão de afirmar que o "IJSN não é um órgão normativo, não podendo, portanto, interferir nas decisões das instituições e órgãos com quem mantém relacionamento institucional". E é a partir daí que o diretor do instituto tenta esclarecer o fato de muitos dos planos e projetos por ele executados não terem sido executados em sua totalidade, nestes últimos quatro anos de existência do órgão.

INTELECTUAIS

O arquiteto André Abe argumentou que "existem

algumas interpretações errôneas do processo de planejamento. O fato é que, por alguns projetos não serem levados a efeito algumas pessoas partem para imaginar o IJSN como um órgão inoperante, onde trabalha apenas uma minoria que detém informações sobre determinados assuntos, eminentemente técnicos. O planejamento é algo dinâmico e planos efetuados em determinadas épocas e não levados a efeito dentro de um prazo determinado servem também para alimentar outros projetos e planos".

Em andamento no IJSN existem hoje vários projetos e planos, elaborados desde 1978. São eles: O Plano Diretor Urbano de Vila Velha; planos regionais (determinando uma política para o desenvolvimento econômico do país); o Programa de Erradicação das Moradias Subumanas (Promorar); o Programa Cidade Porte Médio (análise da infraestrutura das atividades das pequenas e médias empresas e situação sócio-econômica da população); série Maria Stela de Novaes (publicação de trabalhos inéditos da autora); Série Documentos Capixabas (textos inéditos, importantes dentro da historiografia capixaba) e Projeto Pesquisa e Documentação (formação do processo da rede urbana do Espírito Santo).

Afora estes existem ainda: curso" de planejamento e

desenvolvimento urbano e regional; acervo bibliográfico; informações básicas para o planejamento; cadastro metropolitano; cadastro imobiliário urbano de Vila Velha, estudo de revitalização e ampliação do sistema de transporte aquaviário da grande vitória; plano prioritário de transportes coletivos;

Encontram-se paralisados o Plano Diretor Urbano da Serra — "foi encaminhada uma versão preliminar do plano à PMS, mas ela não nos enviou resposta" —, o Programa de Financiamento de Teses — "falta de verbas" — e o Apoio Técnico do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória — "só elaboramos planos e projetos quando solicitados pelo Codivit". Foram concluídos o Plano Diretor Urbano de Vitória, já encaminhado à Comarca, o Cadastro Municipal de Contribuintes de Vila Velha (levantamento dos contribuintes municipais); a regulamentação da lei federal 6.766 no Estado (disciplina do parcelamento do solo), pesquisa domiciliar e origem, destino e contagem de tráfego nos principais eixos viários da Grande Vitória e o convênio de cooperação técnico-financeira entre o Geres, o Bandes, a Ufes, a Fundação Ceciliano e o Instituto Jones dos Santos Neves. O convênio refere-se ao desenvolvimento de estudos econômicos sobre o Estado.